
A ORDEM DO DISCURSO NA LÓGICA DO ESPAÇO URBANO BURGUEÊS

Carlos Henrique de Carvalho
Prof. da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia

Luciana Beatriz de Oliveira Bar de Carvalho
Graduada em Pedagogia pela Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia

RESUMO: *Trata-se de um estudo que procura analisar as práticas discursivas ligadas ao contexto urbano, com a finalidade de buscar elementos para identificar a exclusão social presente nas falas dos segmentos dominantes. Também é nossa intenção focalizar os agentes sociais que são excluídos do discurso oficial, pois Uberlândia se constitui, hoje numa mítica pelo menos, termos do Estado de Minas Gerais, ganhando dimensões nacionais, durante um bom tempo, pelo próprio tratamento que a grande imprensa brasileira lhe dispensa. Esse espírito mítico é identificado pelo discurso oficial, em torno da imagem de ilha de prosperidade que a cidade passa a ostentar.*

Palavras chaves: Espaço Urbano, Exclusão Social, Uberlândia

ABSTRACT: *Deal about the application that secorches to analyse the practices of dialogue joined to the urban context, with the finality of get elements to identify the social exclusion in the discourses of the dominat segments. Also is our intention to focalize the socials agents that are excluded of the official's discourse, because actually Uberlândia consists in a truth mithical at least, in terms of Minas Gerais state, acquiring national dimensions, during a significative time, through of treatment given by the means of comminication. This mithical spirit is edify by the official discourse, through of prosperity's island image that the city passes exhibit.*

Key words: Urban space, Social Exclusion, Uberlândia

Ao adentrarmos nas múltiplas facetas da cidade de Uberlândia, tivemos a oportunidade de compreender melhor o que significa uma aglomeração de quase meio milhão de habitantes, especialmente quando esta é constituída por pessoas oriundas mais diversas regiões do país. Mas, à medida em que nosso estudo evoluía, aflorava uma gama de questões candentes no campo político-ideológico em relação à população da cidade. Surgiam enigmas a respeito do poder político local e, principalmente, como ele conseguia administrar um espaço urbano habitado por personagens tão díspares, ou ainda, quais as estratégias utilizadas que permitiam ao grupo dominante praticar uma intervenção tão bem sucedida no espaço público.

Com pouco mais de um século de existência, Uberlândia transformou-se em um dos centros econômicos de maior pujança da região centro-sul do país, apresentando um comércio dinâmico e diversificado, além de ser um dos maiores centros atacadistas da América Latina. Uberlândia tem o terceiro parque industrial do Estado de Minas Gerais e possui um setor agropecuário que se destaca como sendo um dos mais importantes da região do Triângulo Mineiro¹.

Essa magnificência convive com as contradições inerentes às sociedades modernas. O antagonismos vão se acentuando na mesma proporção que vai ocorrendo a concentração de

¹ SAMPAIO, R. Cury. *Avaliação Socioeconômico do Triângulo do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba*. Departamento de Economia, Universidade Federal de Uberlândia, MG, 1987, CEPES, mimeo.

capital nas mãos de uma minoria. É, pois, nesse contexto urbano que o sistema capitalista, para se manter e continuar seu processo de acumulação e reprodução ampliada, necessita de uma série de condições que garantam, não só o ciclo produção-circulação-consumo, mas a reprodução das próprias classes sociais.

Dentro desta lógica, é necessário não só se prover de condições infra-estruturais que garantam o processo produtivo, mas também garantir a reprodução da estrutura de classe, através de processos ideológicos que sustentem a dominação em vários níveis. Para tanto, torna-se premente oferecer também às classes trabalhadoras equipamentos à sua reprodução. Neste sentido, as cidades se apresentam como espaços privilegiados para se compreender essas práticas capitalistas. Nelas, conforme afirmamos anteriormente, tanto a relação de produção, quanto às relações sociais, expressam, de forma mais intensa, os processos ideológicos, os mecanismos e as práticas que dão sustentação ao sistema, bem como as suas próprias contradições.

É neste quadro geral que Uberlândia está inserida e, para analisar os conflitos sociais disseminados pela cidade, faz-se necessário mergulhar nos múltiplos jogos do discurso e do imaginário das elites uberlandenses, haja vista que eles têm a capacidade de tecer uma rede dissimuladora das contradições,² apregoando o caráter ordeiro de seus habitantes, a predestinação para o progresso e seu destino inexorável em direção ao desenvolvimento. Essa imagem “mítica” de Uberlândia é retratada pelo ex-prefeito Virgílio Galassi³:

“Parafrazeando um ilustre mineiro, na histórica frase em que definia que o outro nome de Minas Gerais e liberdade, poderíamos dizer, sem medo de errar que o outro nome de Uberlândia é desenvolvimento. A cidade nasceu, cresceu e vem se

constituindo sob este signo, que é marca e vocação de um povo determinado a construir aqui, nesse Brasil Central, uma cidade que concilia como poucas o crescimento econômico com qualidade de vida. A determinação de seu povo para o trabalho tem conseguido criar, no Triângulo Mineiro, uma ilha de prosperidade no mar da crise brasileira. O impacto das dificuldades que atinge a todos vem sendo superado com competência e talento dos que constroem, com seu suor, um dos mais ricos capítulos da história do desenvolvimento do país. É esta Uberlândia que empresta ao país um modelo de eficiência e que cumpre a parte que lhe cabe na tarefa de construção de uma nação mais justa para todos. Uma Uberlândia da qual me orgulho de participar como cidadão e prefeito, escolhido pelo povo para guiar, por algum tempo, seus destinos. Por isso, sou um homem absolutamente feliz e realizado”⁴.

Desta forma, a retórica do ex-prefeito Virgílio Galassi tem o poder de trazer à tona um conjunto de valores simbólicos de extrema importância para a construção e a gestão desta mítica, já que tais valores criam ao seu redor o consenso necessário à sustentação deste poder político. Esse passa a ser o “legítimo portador” da promessa de reconquista do “Éden”. Assim, o discurso mítico irá promover a integração entre uma situação concreta e imaginária, na qual o indivíduo vivência a crise social. E, ainda, desencadeará os seus conflitos inconscientes, uma vez que eles são interpretados através de processos psíquicos. Como observa Tiziano Bonazzi, “as narrativas míticas, produto de conflitos inconscientes ligados às situações de crise social - no duplo sentido de mudança potencialmente favorável ou desfavorável ao grupo agente - assumem, desta forma, caráter político, isto é, evoluem num contexto e usam uma linguagem política, objetivando a ação política. Sua natureza porém é ainda psicológica, sendo o conteúdo

² A respeito dos discursos das elites locais e de suas ações disciplinadoras na cidade, ver Jane de Fátima Silva Rodrigues, *“Trabalho Ordem e Progresso: uma discussão sobre a trajetória da classe trabalhadora uberlandense. O setor de serviços 1924-1964”*. São Paulo, USP, 1988, Dissertação de Mestrado, mimeo.

³ Virgílio Galassi é hoje a figura de maior carisma dentro do quadro político de Uberlândia, sendo o atual prefeito eleito em 1996, tendo exercido por três vezes esse mandato anteriormente (1970 a 1972; 1976 a 1982 e 1988 a 1992). Além de ter sido Deputado Constituinte em 1986 (renunciando em 1988 para se candidatar nas eleições municipais daquele ano).

⁴ GALASSI, Virgílio. “Editorial”. *Revista Documento*. Uberlândia, Interglobo, 1992, p. 5.

político a via culturalmente aberta para extravasar o conflito, tal como a religião o era nas sociedades tradicionais”⁵.

E o historiador francês, Raoul Girardet, em seu livro *Mitos e Mitologias Políticas*, oferece uma nova leitura da história ideológica contemporânea, que sobretudo, esclarece a respeito da emergência do mito político. Girardet afirma que “o nascimento do mito político situa-se no instante em que o traumatismo social se transforma em traumatismo psíquico. É na intensidade secreta das angústias ou das incertezas, na obscuridade dos impulsos insatisfeitos e das esperas vãs que ele encontra sua origem”⁶.

Assim, as classes dominantes uberlandenses conseguem forjar e universalizar a imagem da cidade modelo para o país, uma verdadeira “ilha de prosperidade” na profunda crise brasileira, onde o desenvolvimento passa a ser o “outro nome de Uberlândia”. O poder mágico desse discurso político advém de sua competência em omitir os “estorvos sociais” existentes na “cidade modelo” para o Brasil. Nele, estão excluídos todos os substantivos que, de alguma forma, possam denegrir ou macular o bom nome da cidade, como mendigos, prostitutas, homossexuais, marginais e meninos de rua. Em seu lugar surge uma infinita quantidade de adjetivos, que têm a finalidade de escamotear a presença das “classes perigosas” nas ruas dessa “Babilônia” do século XX.

No discurso da classe dominante não há espaços para as contradições, que são inerentes ao próprio sistema capitalista. Sobre isso Chauí afirma que “o discurso ideológico se sustenta, justamente porque não pode dizer até o fim aquilo que ele pretende dizer. Se o disser, se preencher todas as lacunas, ele se auto-destrói como ideologia. A força

do discurso ideológico provém de uma lógica que poderíamos chamar de lógica da lacuna, lógica do branco”⁷. Ou seja, as elites uberlandenses conseguem criar um “poder simbólico”. É esse poder invisível, o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem. Poder quase mágico, que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário. Sobre isso, Bourdieu nos afiança que “os símbolos são os instrumentos por excelência da integração social: enquanto instrumentos de conhecimento e de continuidade, eles tomam possível o **consensus** acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social: a integração lógica é a condição da «lógica» é a condição de «integração moral»⁸.

Tal lógica torna-se evidente quando observamos a fala do jornalista Celso Machado ao realçar a cidade como sendo um fragmento da Arcádia trazido da antiguidade para a era contemporânea: “Uberlândia, que cidade é essa que vive de desafios e consegue se superar a cada dia? Que povo é esse que, na maioria das vezes, mesmo sem ter nascido aqui é tomado de um amor que se manifesta constantemente em forma de participação? Uberlândia, que fez esta combinação feliz em ousadia e simplicidade, de juventude e experiência, de conhecimento e de prática, de trabalho e lazer, de esperança e certeza? Uberlândia, esse sonho bonito que é realidade de muitos. Uberlândia, simplesmente uma cidade que nasce sem se desarmonizar, onde a evolução da tecnologia, a força do comércio da indústria, agropecuária estão voltados para o ser humano”⁹. Por outro lado, esta mesma Uberlândia tenta selecionar seus habitantes mandando-os para fora do seu espaço urbano¹⁰, ou

⁵ BONAZZI, Tiziano. “Mito Político”. In.: *Dicionário de Política*. Brasília, EDUNB, 1991, p. 761.

⁶ GIRARDET, Raoul. *Mitos e Mitologias Políticas*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987, pp. 181-2.

⁷ CHAUI, Marilena. *Cultura e democracia: O discurso competente e outras falas*. São Paulo, Cortez, 1990, p. 22.

⁸ BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro, Difel, 1989, p. 10.

⁹ MACHADO, Celso. “O perfil de uma cidade vencedora”. In.: *Revista Uberlândia 100 anos*. Uberlândia, ABC Progresso, 1988, p. 1.

¹⁰ A história de Uberlândia é marcada por episódios de envio de pobres para outras localidades do país como forma de higienizar as suas ruas. Um dos casos mais recentes ocorreu em 1991, quando a cidade se viu invadida por mais de 30 famílias pobres. O então prefeito Virgílio Galassi acusou Campinas de ser a responsável de “descarregar” seus pobres em Uberlândia e sem nenhum escrúpulo enviou-os de volta para a cidade campineira.

então os força a se alocarem na periferia, quando considerados indignos de residir em seu centro. Esta Uberlândia, sedutora e enigmática, seduz estes mesmos favelados, os vagabundos, as prostitutas, os homossexuais, pois os seus apologistas eles enaltecem o seu nome, mesmo que lhes seja negado o reconhecimento da cidadania.

O trabalho de João Marcos Alem aponta este caráter conservador das elites de Uberlândia¹¹. Elas são as portadoras do saber competente e têm a missão de conduzir a cidade rumo à ordem e ao progresso, ameaçadas por indivíduos oriundos de terras estranhas e adeptos da ociosidade. Assim sendo, o poder político local tem que permanecer nas mãos dos mais competentes, isto é, do grupo dominante que detém o monopólio da competência. João Marcos salienta que *“como resultado final, no plano político, somente alguns grupos, são competentes para administrar a cidade e o espaço de decisões é restrito, exclui a massa de trabalhadores que não passaria de massa de manobra eleitoral. Os conflitos eventuais seriam passageiros e se ocorressem entre a classe dominante, seriam produtos de elementos subversivos da ordem quando polarizassem os interesses de classe, em decorrência de suas diferenças*¹², ou seja, o conservadorismo das elites uberlandenses fica expresso pela sua preponderância sobre a esfera política, pois qualquer proposta que se apresente como questionadora dos privilégios da classe hegemônica é instantaneamente repelida por atentar contra a ordem vigente. Contudo, vale salientar, que essas mesmas propostas têm respaldo na própria sociedade civil que as aceita e legaliza, ao referendar os políticos indicados pelas elites.

Uberlândia é, atualmente, uma “mítica” nacional, pelo próprio tratamento que a grande imprensa lhe dispensa, haja vista a reportagem

publicada no início do ano passado pelo jornal **Folha de São Paulo**, na qual a cidade é mais uma vez retratada de maneira idílica. Ela é apresentada como simbiose de uma pacata cidade do interior brasileiro, mas possuindo todas as vantagens das grandes capitais do país. O autor da reportagem afirma que *“Uberlândia, no Triângulo Mineiro, é considerada pelos seus moradores uma das melhores cidades para se viver. Ela reúne as vantagens de uma capital sem os problemas de uma grande cidade”*¹³.

É, pois, neste espírito “mítico” que Uberlândia reflete a virtuosidade de sua imagem, sustentada pelo conservadorismo político dos “caciques” do poder e pelo discurso ideológico que universaliza as idéias. Esse discurso unifica seus habitantes em torno da “mítica de ilha de prosperidade” e, principalmente, harmoniza os conflitos existentes na sociedade. Com esse discurso a elite consegue nutrir e perpetuar essa imagem que tem na cultura dos dominantes os seus pilares de sustentação.

Baudelaire dizia que *“ao pintor moderno é dado a pintar não o que ele sonha, mas o que ele vê”*¹⁴. Podemos dizer que o investigador social contemporâneo é levado a escrever o que é observado e não o que é sentido. Foi com outro sentimento e com uma outra percepção de cidade que vimos Uberlândia, onde ela aparece como *“negação da natureza, artificial, agressiva a tudo”*¹⁵ “que contradiz a sua magnificência grandiosa e narcisista, tudo que possa eclipsar o seu “esplendor”. Cria-se a cultura do colossal, do brilhantismo, do espetáculo e da aparência, capaz de ofuscar os olhos mais críticos do mundo metropolitano. Contudo, há vozes que ecoam nas ruas e avenidas dessa cidade, revelando a miséria, a exploração e a infelicidade daqueles que se encontram à margem de sua riqueza. São as prostitutas, os vagabundos, os ladrões, os menores infratores que dão visibilidade à brutal hipocrisia da sociedade uberlandense.

¹¹ Não estamos afirmando que o conservadorismo das elites é algo específico de Uberlândia, haja vista que esse conservadorismo está presente entre as elites brasileiras, bem como entre as européias e norte-americanas.

¹² ALEM, João Marcos. *“Representações coletivas e história política em Uberlândia”*. **História e Perspectivas**. Uberlândia, UFU, jan/jun, n.º.4, 1991, p. 99.

¹³ ZOLINI, Helcio. *“Pequena, Uberlândia tem vantagem de capital”*. **Folha de São Paulo**, 10 de janeiro de 1993, p. 5.

¹⁴ BAUDELAIRE, Charles. **A Modernidade em Baudelaire**. 1988, Paz e Terra, Rio de Janeiro, p.36.

¹⁵ BRESCIANI, Maria Stella. *“Metrópolis: As faces do monstro urbano (as cidades do século XIX)”*. In.: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, Marco Zero, n.º. 8/9, 1985, p. 55.

Neste encaminhar, a crise urbana, no contexto capitalista, é uma crise permanente e apresenta diferentes nuances de acordo com cada realidade concretamente vivenciada.

Mas, segundo Camargo¹⁶, esta visão funcionalista e organizacionista da cidade - freqüentemente adotada pelo Estado, por empresas de planejamento urbano e por prefeituras - ganha corpo no Brasil, principalmente a partir da década de 1960, estendendo-se até nossos dias. A cidade passa a ser pensada a partir de um "aparelho conceitual" que a considera espaço neutro, despolitizado, inerte e, portanto, pode ser planejado a partir de alguns indicativos e dados recolhidos sobre as várias atividades nela realizadas, sobre sua população, volume de construções, saneamento, etc. A partir desses dados, os técnicos debruçam-se sobre mapas da cidade, manipulam informações no computador e estabelecem metas a serem cumpridas, planos de desenvolvimento e programas de ação nas mais diferentes áreas urbanas.

Segundo o autor, o resultado da aplicação desses planos é que eles não conseguem captar os anseios da coletividade e, por essa razão, têm se mostrado insuficientes para planejar o crescimento das cidades, apesar de continuarem sendo largamente adotados pelo poder público, como forma de intervir no urbano.

E por que este "aparelho conceitual" tem se mostrado insuficiente para pensar o urbano? Na opinião do autor isto ocorre porque, ao se basear nessa visão funcionalista, racional, "apriorística e individualizante", como se na cidade prevalecesse a lógica da cooperação, onde todos os grupos sociais estivessem empenhados na consecução de objetivos comuns, tais planos não levam em conta que a cidade, antes de um projeto estatístico, "*passível de um tratamento aparentemente científico, distante e isento do técnico racionalista*", é o lugar onde se estruturam os conflitos de classe, que se agudizam

nas crises"¹⁷. Desta maneira, tal "aparelho conceitual" não consegue explicar porque a cidade está sempre em crise, porque há especulação imobiliária, porque os serviços públicos funcionam mal, porque a cidade "explode" em certas direções não programadas e não leva em conta que a crise da cidade não é apenas uma crise de crescimento, que a partir de uma melhor racionalização de certos elementos da estrutura urbana pode ser superada.

Assim, a verdade é que tais formas de planejamento têm embutidas em si a visão, a racionalidade de uma classe, que imprime nelas sua lógica e sua visão do contexto social. E esta lógica é a de criar meios para facilitar a acumulação capitalista, em detrimento da prestação de serviços à população.

Por isso, na visão do autor, a crise urbana brasileira é um dos sintomas do modelo de acumulação capitalista, que pouco se preocupou com o provimento de infra-estrutura urbana necessária à reprodução da população e concentrou investimentos em áreas essenciais à implantação do modelo de crescimento que facilitou a reprodução ampliada do capital. Desta forma, tal "aparelho conceitual" torna-se incapaz de resolver os problemas da cidade, já que não toca nas suas causas estruturais: as políticas de investimento urbano.

Camargo considera, ainda, que "*a cidade é o lugar onde se dá toda uma cadeia da produção ao consumo, passando pela circulação, produção e troca*"¹⁸. Assim, o que perpassa a idéia de urbano é a ocorrência de um conjunto de condições, aparelhos e instituições que permitem a realização da cadeia produção/consumo e também o conjunto de condições que garantem a própria reprodução do processo produtivo: é a base material que permite a articulação entre produção e consumo.

Além disto, o autor coloca que a cidade se constitui em espaço social, onde ocorrem dois

¹⁶ CAMARGO, Azael Rangel. O Estado e o Urbano no Brasil: da crise urbana e falência do "aparelho conceitual" urbanístico do Estado, a um novo paradigma urbano e seu impacto social ao gerar "novas" questões urbanas. In.: *Cidade e Estado - Políticas Públicas no Desenvolvimento Urbano*. Publicação do Centro de Estudos Sobre a Família e Urbano, Departamento de Sociologia - ILCSE/UNESP e Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos - NERU. Mimeo, p. 111-148.

¹⁷ CAMARGO, Azael R., op. Cit., p. 114.

¹⁸ CAMARGO, Azael R., op. Cit., 132.

processos: a aglomeração dos meios de produção e reprodução do capital e, ao mesmo tempo, a busca de uma externalização por parte das unidades produtivas, de certas atividades e condições necessárias à produção, que não estão interessadas em financiar, procurando alguém que possa produzi-las para si, enquanto as produz para toda a sociedade. Por outro lado, apesar das classes trabalhadoras terem de arcar, em parte, com a externalização dessas atividades que eram atribuições das próprias famílias, com o avanço das relações de produção capitalistas, a expansão da cidade e o “arrocho” salarial acabam também tendo de ser externalizados para o social. Deste modo, a cidade torna-se uma aglomeração de externalidades: socialização dos custos de circulação, transporte, obtenção de matérias-primas, etc.

A partir destas questões, podem-se caracterizar os conflitos urbanos, que têm origem em interesses divergentes, que estão diretamente vinculados ao processo produtivo e à reprodução das condições de manutenção desse processo. Desta forma, para Azael, na cidade predomina a lógica da competição, onde se manifestam os conflitos de classe e onde impera um conjunto de relações contraditórias, em que os agentes urbanos lutam pelo acesso aos recursos implantados, ao mesmo tempo em que procuram externalizar para o social uma série de atividades que não podem ou não estão interessados em realizar. Daí, a lógica que impera na sociedade: não a da cooperação e da harmonia, mas a da competição e contradição.

CORRÊA (1989) também trabalha a idéia de cidade, entendida como o lugar onde se dão os conflitos sociais e atribui ao espaço urbano a noção de um “conjunto de diferentes usos da terra justapostos entre si”, que são, “(...) em realidade, a organização espacial da cidade ou, simplesmente, o espaço urbano”, que aparece como espaço fragmentado em diferentes áreas, como por exemplo,

*áreas residenciais e áreas funcionais - centro, áreas de serviços, áreas industriais, locais de lazer, etc.*¹⁹

Mas, ao mesmo tempo, o espaço urbano é articulado, já que cada uma das partes mantém relações espaciais com as outras, articulações estas que se dão em dois níveis: ao nível empírico, através do fluxo de pessoas e veículos, circulação de mercadorias etc; e ao nível das relações espaciais e de produção - circulação de decisões, investimentos, salários, juros, mais-valia, práticas que sustentam as relações de poder e a ideologia.

Daí o espaço urbano ser, ao mesmo tempo, fragmentado e articulado: é um reflexo da sociedade e sua divisão reflete a estrutura social formada pelas classes sociais. É, por isso, um espaço profundamente desigual e mutável, assim como a própria sociedade.

Porém, o espaço urbano é também condicionante da sociedade, pelo papel que as formas espaciais, de maneira geral, “desempenham na reprodução das condições de produção e das relações de produção”²⁰ e na reprodução das classes sociais.

Em suma,

*“eis o que é o espaço urbano: fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e campos de lutas. É assim a própria sociedade em uma de suas dimensões, aquela mais aparente, materializada nas formas espaciais”*²¹.

SILVA E SILVA (1988)²² percebe o urbano, representado pela sociedade capitalista, como o “espaço onde se dá dinâmica produzida pelo confronto” entre os diversos sujeitos sociais, “sendo a cidade percebida como um processo de lutas e conquistas”²³. Por ser uma construção histórica, assume formas diferentes nas diversas etapas do

¹⁹ CORRÊA, Roberto Lobato. *O Espaço Urbano*. São Paulo, Ática, 1989, p.07.

²⁰ CORRÊA, Roberto Lobato, Op. Cit., p.9.

²¹ Idem, ibidem.

²² SILVA E SILVA, Maria Ozanira da. *Política Habitacional Brasileira - Verso e Reverso*. São Paulo, Cortêz, 1988.

²³ Idem, ibidem, p.12.

desenvolvimento capitalista e por ser, também, o lugar da reprodução do capital e das classes sociais, acaba por constituir-se numa realidade contraditória, na lógica de sua construção. Deste modo, o espaço urbano assume a conotação de espaço da luta de classes, na medida em que

“o urbano gerado pelas necessidades de reprodução do capital, e a questão habitacional dele decorrente se constituem espaço da luta de classes, onde os movimentos sociais se estruturam como instância representativa das classes populares e o estado como instância contraditória, por situar-se nas relações entre as classes. (...) É no seu desenvolvimento histórico que o urbano expressa a organização social do processo de reprodução do capital em cujo âmbito ocorre o domínio da instância econômica sobre a estrutura social”²⁴.

Assim, para a autora, a constituição da cidade se dá de modo a atender às exigências de formas de acumulação do capital. Portanto, o capital faz da cidade uma aglomeração para a produção. Mas, ao mesmo tempo que o urbano é o espaço de reprodução do capital, o é, também, das classes sociais e

“... é modelado pela luta de classes, gerando interesses e conflitos nos locais de trabalho, com a ampliação para outros setores da convivência social do trabalhador”²⁵.

Porisso, o domínio do capital ultrapassa os limites das unidades produtivas, perpassando os locais de moradia, as áreas de consumo coletivo, pois estes locais também se constituem em locais de embate entre as classes. Daí a luta não se trava só ao nível da produção, mas também ao nível do consumo.

CASTELLS (1980),²⁶ analisando o urbano a partir de uma realidade européia, atribui a crise urbana

à crescente incapacidade da organização capitalista para assegurar uma produção, distribuição e gestão adequada dos equipamentos de consumo coletivo, necessários à reprodução das classes sociais. Esta incapacidade não decorre de um mera “deficiência” da gestão da economia, mas é conseqüência da própria “lógica do desenvolvimento capitalista”.

Na visão do autor, a concentração e centralização do capital, em sua fase monopolista, levou à concentração e maior interdependência dos meios de produção, dos sistemas de gestão e da força de trabalho em áreas metropolitanas cada vez maiores, o que criou uma concentração e interdependência do conjunto dos equipamentos necessários à sua sobrevivência, tanto no que se refere aos bens de consumo individual, quanto aos bens coletivos (serviços urbanos).

Ainda nesta mesma perspectiva, na medida em que a produção torna-se cada vez mais controlável e previsível, sendo a força de trabalho o único fator de instabilidade, aumenta-se a necessidade de provê-la de uma série de serviços e equipamentos públicos que garantam não só seu aprimoramento técnico, como também um alto nível de consumo individualizado das mercadorias produzidas, o que propicia a reprodução ampliada do capital.

Todavia, o desenvolvimento destes equipamentos de consumo coletivo não é só resultado desta tendência do capital, na sua fase atual, mas também reivindicação das massas populares, na medida em que tais equipamentos diminuem a carga sobre a renda individual, constituindo-se em “salário indireto”.

Entretanto, na medida em que esse conjunto de exigências, tanto por parte do capital, quanto por parte das massas populares, não são rentáveis o suficiente para serem bancados pelo capital privado, o Estado intervém nesta “contradição estrutural que provoca a crise urbana”²⁷. Especialmente nos países

²⁴ SILVA E SILVA, Maria Ozanira da., Op. Cit., p.13.

²⁵ Idem, ibidem, p.14.

²⁶ CASTELLS, Manuel. *Cidade Democracia e Socialismo - A Experiência das Associações de Vizinhos de Madri*. São Paulo, Paz e Terra, 1980.

²⁷ CASTELLS, Manuel. Op. Cit., p. 23.

capitalistas avançados o Estado, de forma direta ou indireta, tem sido uma presença cada vez maior na produção, gestão e distribuição e na organização espacial de bens coletivos, na tentativa de mediar esta contradição colocada pelo sistema.

Mas, para CASTELLS (1980), a atuação do Estado não é a de um mediador neutro e imparcial para resolver uma situação de desequilíbrio, já que existe um conteúdo de classe nestas políticas de intervenção que, portanto são contraditórias. Desta forma o Estado, ao não solucionar a crise de serviços públicos gerada pela urbanização capitalista, acaba por politizá-la, na medida em que os recursos por ele geridos são originados na tributação do capital e da "massa salarial". Por conseguinte apresentam limites, pois não se pode tributar excessivamente o capital, sob pena de desequilibrar o sistema de investimento privado, nem a "massa salarial", o que gera insatisfação popular e retração do consumo.

O Estado recorre a emissões monetárias sem o respectivo lastro em termos de valor produzido, criando a dívida pública, fonte de inflação. Como meio de resolver este problema, os governos adotam políticas anti-inflacionárias baseadas em cortes do orçamento público, diminuindo o nível de investimento em serviços públicos, o que contribui para acelerar a crise urbana.

Além disso, segundo o autor, o Estado, impossibilitado de atender ao conjunto das demandas por serviços públicos, concentra investimentos em áreas que garantam a reprodução do processo de acumulação capitalista, em detrimento do provimento de equipamentos coletivos destinados à população em geral, o que tem contribuído para o esforço dos movimentos reivindicatórios urbanos.

BONDUSKI e ROLNIK (1982)²⁸ também buscam elementos para explicação da crise urbana no modelo de acumulação capitalista e na atuação do Estado. Segundo eles, no atual estágio de desenvolvimento das forças produtivas, a reprodução das classes sociais demanda a existência de uma

série de equipamentos de consumo coletivo que, por sua natureza, só podem ser assumidos pelo Estado ao garantir o provimento de condições gerais para a produção capitalista.

No entanto, a partir de um dado estágio da economia brasileira, especialmente a partir da década de 1960, o Estado passou a priorizar investimentos em setores vitais à acumulação capitalista, assumindo a postura de desvencilhar-se ao máximo do encargo de assegurar o provimento de serviços públicos que pudessem garantir a reprodução das classes sociais, em especial das classes trabalhadoras.

Ainda na visão dos autores, aliada a este modelo de desenvolvimento, a partir de 1964, a máxima exploração das classes trabalhadoras e o controle dos seus canais de manifestação levaram a uma crescente deterioração do nível de vida nas cidades, que crescem de forma a atender aos interesses do capital e de modo especial da especulação imobiliária. O controle político das formas de manifestação das classes trabalhadoras levou ao negligenciamento das suas necessidades de reprodução; além do Estado isentar-se da responsabilidade de fornecer-lhes serviços públicos, alia-se a isso a superexploração, representada pela diminuição dos níveis salariais aquém dos seus custos de sobrevivência e reprodução.

Este conjunto de práticas, combinado com os processos de segregação espacial e social, produzidas pela apropriação privada do solo urbano, vão compor o que BOLAFFI (1982)²⁹ chama de "padrão periférico de crescimento da metrópole", que se caracteriza, entre outras coisas, pela criação de imensos vazios no interior da cidade, sua expansão horizontalizada desnecessária, gerando aumento das distâncias, ineficiência do sistema de transporte, a elevação dos custos de urbanização, etc.

Este quadro vai compor o processo de espoliação urbana, que é o conjunto das péssimas condições de vida a que os trabalhadores têm de se

²⁸ BONDUSKI, Nabil e ROLNIK, Raquel. *Periferia da Grande São Paulo - Reprodução do Espaço como Expediente de Reprodução da Força de Trabalho*. In: MIRACATO, Ermínia (org.) A Produção Capitalista da Casa (e da Cidade) no Brasil Industrial. São Paulo, Alfa - Omega, 1982, pp. 117-154.

²⁹ BOLAFFI, Gabriel. *Habitação e Urbanismo: O Problema e o Falso Problema*. In: MIRACATO, Ermínia (org.) A Produção Capitalista da Casa (e da Cidade) no Brasil Industrial. São Paulo, Alfa - Omega, 1982, pp. 37-70.

submeter para vender sua força de trabalho, numa cidade que não prioriza suas necessidades³⁰ e que com isso é transformada num verdadeiro amontoado caótico “de favelas, cortiços e outros assentamentos considerados sub-normais”³¹

É a partir desse grau de complexidade que envolve o urbano que compreendemos a emergência dos “excluídos da história” na cidade de Uberlândia. Porém, iremos analisar outros teóricos que estudaram a questão da metamorfose das metrópoles, para deixarmos claro o referencial teórico-metodológico adotados por nós nesse artigo.

As grandes metrópoles da Europa sofreram uma profunda transformação no seu espaço urbano no século passado, em virtude do desenvolvimento industrial desmesurado, que transformou este território numa verdadeira arena de luta onde se digladiaram homens e mulheres contra o avanço avassalador da cidade industrial. Elas constituíram um local de tensão social por excelência, no qual atuam um conjunto polissêmico de culturas, sendo também o espaço onde impera a exploração do “homem pelo homem”. É nas cidades modernas que a racionalidade capitalista ganhará magnitude. São elas que anunciam a chegada da modernidade, retratada por pintores e poetas como o ápice do mundo civilizado. São o símbolo do triunfo da era burguesa, com a sua disciplina e o seu moralismo. Em decorrência desta magnitude metropolitana emerge uma massa de famintos, seres maltrapilhos e esqueléticos que perambulam pelos submundos, revelando uma outra imagem: a do “monstro urbano”, contraditório em si mesmo.

Foi no esforço de compreender estas múltiplas faces da cidade que vários teóricos refletiram e escreveram a respeito de sua complexidade, mostrando como elas estão intrinsecamente imbricadas num todo chamado “mundo metropolitano”. A seguir apresentamos algumas análises sobre as cidades, todas tendo como ponto

de referência o espaço urbano, porém analisado sob óticas diferentes.

HOBBSAWM (1982), historiador inglês, examina de maneira brilhante, em diversas passagens de sua extensa produção acadêmica, as transformações ocorridas no mundo metropolitano no século passado, salientando que as cidades apresentam um crescimento vertiginoso após a segunda metade do século XIX. O autor destaca como elas se consubstanciam em símbolos da industrialização que o continente europeu cultuava naquele momento. Por outro lado, elas revelam o acirramento das contradições sociais, que as concentrações urbanas trouxeram à era moderna, exigindo de seus administradores que o espaço público fosse pensado em termos políticos. Havia a necessidade de se tomarem urgentes medidas contra os “incivilizados” a fim de discipliná-los, pois sua aglomeração constituía um foco de constante tensão. Como afirma Hobsbawn “os pobres eram uma ameaça pública, suas concentrações potencialmente capazes de se desenvolver em distúrbios deveriam ser impedidas e cortadas por avenidas e bulevares que levariam os pobres dos bairros populosos a procurar habitações em lugares menos perigosos”³². E Hobsbawn observa ainda que “el desarrollo urbano en nuestro período fue un gigantesco proceso de segregación de clase, que empujaba a los nuevos trabajadores pobres e grandes concentraciones de miseria alejadas de los centros del gobierno y los negocios, y las nuevas zonas residenciales de la burguesía. La casi universal división de las grandes ciudades europeas un hermaso oeste y mísero este, se desarrollo en este período”³³.

Outro teórico que aborda a problemática da cidade no século XIX é BENJAMIN.(1985). Ele irá caracterizar o espaço urbano parisiense por intermédio da obra de Baudelaire, o qual retratará a vida nas ruas da Paris deste período, mostrando os contrastes sociais existentes neste mundo metropolitano dominado pelas gigantescas galerias

³⁰ BONDUSKI, Nabil e ROLNIK, Raquel, Op. Cit., p. 149.

³¹ SINGER, Paul. *O Uso do Solo Urbano na Economia Capitalista*. In: MIRACATO, Ermínia (org.) A Produção Capitalista da Casa (e da Cidade) no Brasil Industrial. São Paulo, Alfa - Omega, 1982, p.30.

³² HOBBSAWM, Eric. “A cidade, a indústria, a classe trabalhadora”. In.: *A era do capital: 1848-1875*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982, p. 224.

³³ HOBBSAWM, Eric. “El trabajadores pobres”. In.: *Las revoluciones burguesas*. Madrid, Ediciones Labor, 1976, p. 363.

- construções que expressavam a síntese da modernidade erguidas sobre o ferro e o vidro - os seus bulevares por onde circulavam o *flaneur*, o *dandy*, as prostitutas, os marginais e o poeta, perdido em meio a esse mundo regido pela mercadoria.

BENJAMIN (1985), ao longo de suas análises, afirma que o crescimento das cidades era consequência lógica do desenvolvimento capitalista. Ele redimensionou o modo de vida das pessoas, pois elas se viram obrigadas a ficar num espaço reduzido, além de desumanizado (a casa e a fábrica), fazendo com que o homem perdesse a sua sensibilidade. O homem da metrópole tornou-se um ser genérico, “despersonalizado”, sem identidade consigo mesmo. A sua essência foi afetada pela imagem do “monstro urbano”, sua consciência se coisificou e ele só é visto como consumidor de produtos que ele próprio produz, mas não tendo mais a consciência que esses são fruto de seu trabalho. A síntese desse processo é o *flaneur* baudelaireano, pois segundo BENJAMIN (1985) “com o *flaneur*, a intelectualidade parte para o mercado. Pensa que é para dar uma olhada nele; na verdade, porém, já para encontrar um comprador. Nesta fase intermediária, em que ainda tem mecenas, mas já começa a se familiarizar com o mercado, ele aparece como *baheme*. A identificação de sua posição econômica corresponde à falta de definição de sua posição política”³⁴. Na ótica benjaminiana, o homem da cidade foi seduzido e cooptado pelo poder fantasmagórico do mundo mercantilizado, passando a ter sua existência regida pela força enigmática da mercadorias.

Diante do trágico e do patético mundo da cidade, aflora uma realidade subterrânea e obscura, expressando a monstruosidade da sociedade contemporânea, que tem sua imagem refletida num espelho partido, capaz de projetar as múltiplas imagens de um ponto focal comum: a metrópole.

Foi através dos estudos realizados pela historiadora Maria Stella Bresciani, que tivemos a oportunidade de compreender melhor o que vêm a ser essas imagens refletidas no mundo metropolitano. Em seus trabalhos ela retrata e analisa a configuração das cidades do século passado,

apontando para uma multiplicidade de relações que existem nesse espaço. Penetra na obscuridade dos bairros das grandes metrópoles, captando a nova sensibilidade de seus habitantes, que emergem nesse território “sem fronteiras”. Procura cristalizar o cotidiano de uma vida que, paulatinamente, vai sendo disciplinada e moldada pela ordem burguesa. Por outro lado, realça os momentos de pânico vividos pelos senhores do poder, no instante em que o sentimento revolucionário se apossou do espírito dos trabalhadores, interregno em que as centelhas da utopia estiveram mais reluzentes.

BRESCIANI (1984) procura traçar o perfil das contradições de vida do homem nas cidades. Ela examina, sobretudo, a forma pela qual o homem, ao perder o contato com a natureza, irá se relacionar com as máquinas, transformando-se em acessório delas. Destaca que tal situação leva à substituição das relações pessoais pelas impessoais, as quais são mediatizadas pelo mercado. Desta forma, a cidade transforma-se na dimensão concreta onde são consubstanciadas as metamorfoses das condições de existência dos seres humanos. Como afirma BRESCIANI (1984), “a cidade moderna representa um momento culminante deste longo processo e também o lugar onde acumulam-se homens despojados de parte de sua humanidade; em suma, lugar onde a subordinação da vida a imperativos exteriores ao homem se encontra levada às últimas consequências. Fascínio e medo, a cidade configura o espaço por excelência da transformação, ou seja, do processo e da história; ela representa a expressão maior do domínio da natureza pelo homem e das condições artificiais (fabricadas) de vida”³⁵.

É no bojo deste espaço que surgem as normas disciplinares da sociedade burguesa, cujo objetivo é impedir o alastramento das “anomalias sociais”. Assim, forma-se um gigantesco aparato de vigilância permanente, tendo bases na coerção e, principalmente, na observação de seus moradores (a cidade é transformada em um observatório), que vai ditar os preceitos morais, onde a ociosidade será considerada a mais grave transgressão da ordem, sendo por isso, vedado aos “ociosos” o direito de permanecer no espaço urbano, já que eles utilizam o

³⁴ BENJAMIN, Walter. *Paris, capital do século XIX*. In.: *Benjamin*. São Paulo, Ática, 1985, p.39.

³⁵ BRESCIANI, Maria Stella. Op. Cit. p. 39.

tempo de maneira improdutiva. A esse respeito, BRESCIANI (1984) observa “a rigorosa disciplina imposta aos habitantes das cidades industriais, regulados pelo tempo e pelo ritmo do trabalho fabril, a rígida organização da vida nesses centros urbanos, organização essa que torna impossível a existência da figura do desempregado crônico ou ocasional”³⁶.

Procurando novos caminhos para compreender a espessa e complexa problemática do mundo metropolitano, BRESCIANI (1984) adentra por sete portas, que lhe permitem mergulhar no âmago das contraditórias relações que se estabelecem no submundo do espaço urbano. Por intermédio dessas portas ela consegue penetrar na densa teia dos discursos de administradores, urbanistas, médicos e homens que exerciam a filantropia, através dos quais ela capta a realidade de um mundo em transformação, que se expressa na técnica; nos novos problemas sociais; na questão das identidades do mundo urbano; na formação de uma outra sensibilidade em relação ao mundo metropolitano; na cidade, enquanto sinônimo de progresso; na cultura, ou melhor, nas culturas que convivem no espaço urbano; nos múltiplos territórios que compõem um todo chamado cidade, onde cada um vai representar dada subjetividade. Cada uma dessas portas abertas por Bresciani, nos oferece a oportunidade de visualizar uma outra imagem de cidade, as outras faces desse “monstro urbano”.

Nesse sentido, o trabalho desenvolvido por MACHADO (1990) - “A disciplinaridade da pobreza no espaço urbano burguês: assistência social institucionalizada - Uberlândia 1965/1990” - também corrobora para percebermos a outra imagem do espaço urbano de Uberlândia, já que a autora, através da análise crítica dos referenciais históricos oficiais, desvenda os reais objetivos que estão subjacentes ao projeto político das elites, isto é, a disciplinarização e controle social que permitiram forjar essa “imagem exemplar” da cidade, como se ela estivesse imune às crises político-sociais que atingem a sociedade brasileira como um todo. Com relação ao discurso das elites, Maria Clara faz o seguinte comentário: “A

imagem elaborada pelo discurso oficial tem, como pressuposto básico da história de Uberlândia, a ordem e o progresso constituídos ao longo do tempo pelo trabalho de sua gente, deixando veladas todas as formas de exploração e as contradições sociais inerentes a qualquer sociedade burguesa. Assim, o progresso aparece forjado sob a imagem de uma sociedade ordeira, laboriosa e passiva - moralizada, de ponta a ponta, pelo ideário burguês”³⁷.

É a partir desse prisma que analisamos a ordem do discurso na lógica do espaço urbano burguês, pois só refazendo “os caminhos de uma outra ordem de conhecimento, onde a análise não se contenta com a forma visível das coisas e mergulhar na profundidade interior delas com a intenção de apreender os princípios de sua organização”³⁸.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFIA

- ALEM, João Marcos. Representações coletivas e história política em Uberlândia. *História e Perspectivas*, Uberlândia, n.4, p.79-102, jan/jun, 1991.
- ANSART, Pierre. *La gestion des passions politiques*, Paris, Edition L, Age d'Home, 1983.
- BAUDELAIRE, Charles. *A modernidade em Baudelaire*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988
- BENJAMIN, Walter. Paris, capital do século XIX. In.: *Benjamin*. São Paulo, Ática, 1985.
- BOLAFFI, Gabriel. Habitação e urbanismo: O Problema e o falso Problema. In: MIRACATO, Erminia (org.) *A Produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. São Paulo, Alfa - Omega, 1982.
- BONAZZI, Tiziano. Mito Político. In.: *Dicionário de Política*. Brasília, EdUnB, 1991.

³⁶ BRESCIANI, Maria Stella. *Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza*. São Paulo, Brasiliense, 1984, p. 41.

³⁷ MACHADO, Maria Clara Tomaz. *A disciplinarização da pobreza no espaço urbano burguês: assistência social institucionalizada - Uberlândia 1965/1990*. São Paulo, USP, 1990, dissertação de mestrado, p. 58.

³⁸ BRESCIANI, Maria Stella. “Permanência e Ruptura no Estudo da Cidades”. Campinas, UNICAMP, 1990, mimeo, p. 10.

- BONDUSKI, Nabil e ROLNIK, Raquel. Periferia da Grande São Paulo - Reprodução do espaço como expediente de reprodução da força de trabalho. In: MIRACATO, Ermínia (org.). *A Produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial* São Paulo, Alfa - Omega, 1982.
- BOURDIEU, Pierre. *O Poder simbólico*. Rio de Janeiro, Difel, 1989.
- BRESCIANI, Maria Stella. *Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1984.
- _____, *Metrópolis: As faces do monstro urbano (as cidades do século XIX): Revista Brasileira de História*. São Paulo, Marco Zero, n. 8/9, 1985.
- _____, *Permanência e ruptura no estudo das cidades*. Campinas, UNICAMP, 1990, mimeo.
- CAMARGO, Azael Rangel. O Estado e o urbano no Brasil: da crise urbana e falência do "aparelho conceitual" urbanístico do Estado, a um novo paradigma urbano e seu impacto social ao gerar "novas" questões urbanas. In.: *Cidade e Estado - Políticas Públicas no Desenvolvimento Urbano*. Publicação do Centro de Estudos Sobre a Família e Urbano, Departamento de Sociologia - ILCSE/ UNESP e Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos - NERU. Mimeo. S/d.
- CASTELLS, Manuel. *Cidade democracia e socialismo - A Experiência das associações de vizinhos de Madri*. São Paulo, Paz e Terra, 1980.
- CHAUÍ, Marilena. *Cultura e democracia: O discurso competente e outras falas*. São Paulo, Cortez, 1990.
- CORRÊA, Roberto Lobato. *O Espaço urbano*. São Paulo, Ática, 1989.
- ELIADE, Mircea. *Aspects du Mylthe*, Paris, Editions Gallimard, 1963.
- FAUSTO, Boris. *Crime e Cotidiano*, São Paulo, Brasiliense, 1984.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Nascimento da prisão, Petrópolis, Vozes, 1987.
- GALASSI, Virgílio. Editorial. *Revista Documento*. Uberlândia, Interglobo, 1992.
- GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.
- HOBBSAWM, Eric. A cidade, a indústria, a classe trabalhadora. In.: *A era do capital: 1848-1875*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.
- _____. El trabajadores pobres. In.: *Las revoluciones burguesas*. Madrid, Ediciones Labor, 1976.
- MACHADO, Celso. O perfil de uma cidade vencedora.: *Revista Uberlândia 100 anos*. Uberlândia, ABC Progresso, 1988.
- MACHADO, Maria Clara Tomaz. *A disciplinarização da pobreza no espaço urbano burguês: assistência social institucionalizada - Uberlândia 1965/1990*. São Paulo, Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, 1990, (Dissertação de mestrado)
- MUMFORD, Lewis. *A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas*. São Paulo, Martins Fontes, 1991.
- PERROT, Michelle. *Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.
- RODRIGUES, Jane de Fátima Silva. *Trabalho ordem e progresso: uma discussão sobre a trajetória da classe trabalhadora uberlandense. O setor de serviços 1924-1964*, São Paulo, Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, 1990, (Dissertação de mestrado)
- SAMPAIO, R. Cury. *Avaliação Socioeconômico do Triângulo do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba*. Departamento de Economia, Universidade Federal de Uberlândia, CEPES, 1987.
- SILVA E SILVA, Maria Ozanira da. *Política habitacional brasileira - Verso e Reverso*. São Paulo, Cortez, 1988.
- SINGER, Paul. O Uso do Solo Urbano na Economia Capitalista. In: MIRACATO, Ermínia (org.) *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. São Paulo, Alfa - Omega, 1982.
- SOARES, Beatriz Ribeiro. *Habitação e Produção do Espaço em Uberlândia*. - Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - USP, SP, 1988. (Dissertação de Mestrado)
- THOMPSON, P. E. *Tradicion Revuelta y consciéncia de classe*, Barcelona, Editorial crítica, 1979.
- ZOLINI, Helcio. Pequena, Uberlândia tem vantagem de capital. *Folha de São Paulo*, 10 de janeiro de 1993.